



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI 14.133/2021

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva na rede de coleta da estação de tratamento de esgoto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, com base no Art. 105 da Lei 14.133.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa reside na necessidade do poder público auferir condições de continuidade do sistema de tratamento de efluentes biodespoluente ecológico instalado para atender as residências do Município.

2.2 Considerando que foi instalado uma Estação de Tratamento de Efluentes Compacta (ETE) no ponto de lançamento “01” e a mesma necessita rotineiramente de atividades de inspeção, limpeza e eventuais reparos de seus componentes e sabendo que estas atividades são de suma importância, pois sem elas há risco de mau funcionamento da estação. Se faz necessário a contratação de empresa para a operacionalização e manutenção desta “ETE”, disponibilizando mão de obra qualificada 24 horas por dia, de forma a garantir que todas as etapas de tratamento realizadas sejam cumpridas fielmente antes do lançamento final do efluente, além disso, manter os equipamentos utilizados no tratamento em perfeito estado de conservação e funcionamento.

2.3 Também será necessário a instalação de Biodespoluentes Ecológicos individuais nas residências ribeirinhas do perímetro urbano, onde a rede de captação de esgoto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

existente encontra-se acima do nível das casas. A instalação desses sistemas individuais de irão garantir o lançamento correto de efluentes no ribeirão das almas.

2.4 A mão de obra para instalação, operacionalização e manutenção dos sistemas individuais ficarão a cargo da empresa contratada para esse objeto, todos os materiais e maquinários necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela prefeitura.

2.5 Além dos serviços de mão de obra especializada, ficará a cargo da empresa, manter a limpeza interna e o acero externo do alambrado da “ETE 01”. Cumpre destacar novamente que a busca por um saneamento básico sustentável é dever do Poder Público e contribui com a saúde, a educação, o meio ambiente e a economia.

2.6 A modernização e ampliação do sistema de saneamento básico beneficia, em qualquer lugar do mundo, a sociedade como um todo: as empresas, o país, as cidades e o desenvolvimento social e econômico.

2.7 A coleta e tratamento adequado de esgoto evita a contaminação e transmissão de doenças e a poluição de córregos, rios e mares. O sistema utilizado atende as especificações que preserva os recursos hídricos e as fontes de abastecimento de água.

2.8 Dentro dos imóveis, a água pós-utilização passa por encanamentos e vai até as redes coletoras, que se localizam nas ruas. Esse esgoto chega em grandes tubulações que fazem o transporte até a estação que fará o tratamento para retirada de poluentes, devolvendo a água até os cursos.

2.9 O sistema envolve serviços de inspeção diária, acompanhamento humano presencial que saiba identificar os pontos vulneráveis do sistema, que saiba corrigir os defeitos de modo preventivo e corretivo.

2.10 A manutenção tem em vista a inspeção periódica preventiva do sistema de tratamento com vista a detectar os defeitos que venham ocorrer em função do tempo e funcionamento das instalações.

2.11 A limpeza periódica mensal da caixa coletora de gradeamento de forma corretiva visa fazer a remoção dos sólidos grosseiros presentes no esgoto que possam causar problemas operacionais nas unidades de operação e sistemas auxiliares, como; sacos plásticos, panos absorventes, garrafas pets, vidros e etc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

2.12 Justifica-se ainda na limpeza periódica mensal da caixa de reciclagem de gordura para retirada dos sólidos suspensos e descarte no aterro sanitário da cidade. O sistema deve receber abertura periódica trimestral do tubo de escape para limpeza e impermeabilização das torres de manilha que correspondem aos filtros.

2.13 Além disso o serviço de manutenção envolve a substituição de tubulação que possivelmente poderá ser danificada com crescimento de vegetação nas proximidades da ETE; Monitoramento do nível de efluentes nos drenos ecológicos no período com maior precipitação; Abertura dos escapes das caixas de saída de água proveniente de água de chuva; Pintura periódica (anual) com tinta acrílica na estrutura de alvenaria e aplicação de esmalte sintético no alambrado do perímetro da ETE; Limpeza da vegetação dentro da estrutura de alvenaria e nas proximidades da estrutura da ETE; Acréscimo de filtros e biodigestores a medida que existir aumento de unidades residenciais e possível necessidade de descarte de efluentes na ETE .

2.14 Ainda não foi feito um estudo para dimensionar com exatidão o cálculo da produção de biogás em função do DQO afluente, DQO efluente e a VAZÃO afluente. A estimativa de produção do biogás produzido na estação de tratamento de efluente, ETE, utilizando artigo da ABEPRO- Associação brasileira de Engenharia de produção/ ENEGEP- Encontro Nacional de Engenharia de produção, a princípio considera desprezível no sentido de contaminação/ poluição ou risco de acidente. Destaca-se que estes estudos são preliminares e o relatório final almejado indicará a viabilidade em função do acréscimo do número de habitantes e aumento de descarte de efluentes na ETE.

2.15 Sendo assim, com a manutenção a ETE continuará atendendo aos parâmetros da Resolução CONAMA nº 430/2011, que será testada por meio da análise do efluente tratado por amostragem, tomando por base os valores expressos nas referidas Resoluções o resultado da análise do efluente contará com um pH entre 5 e 9, e com limite de óleos vegetais e gorduras animais: até 50 mg/L.

2.16 Destaca-se que o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) definiu a universalização ao acesso de serviços de saneamento básico como um direito social que deve ser atingido até 2030, considerando que o acesso ao esgotamento sanitário neste período deverá ser disponibilizado a pelo menos 88% do território nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

2.17 Tratar os esgotos é uma responsabilidade e necessidade correlacionada diretamente com a saúde pública. É uma meta que deve ser levada a sério pelo País, desde a viabilização de recursos para que os investimentos de fato ocorram, até a concretização de forma sustentável. O objetivo é nobre e, como o próprio nome diz, básico, e precisa acontecer e estar na pauta de toda a sociedade.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Trata-se de serviço comum de mão de obra.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

a) HABILITAÇÃO FISCAL

- 1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
- 3) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- 4) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa;
- 5) Da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 6) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 7) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

b) HABILITAÇÃO JURÍDICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

- 1) Documento de Identificação válido em Território Nacional do representante legal da empresa;
- 2) Cópia do Registro comercial, no caso de empresa individual; **OU**
- 3) Cópia do Ato constitutivo, estatuto, contrato social e alterações em vigor ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; **OU**
- 4) Cópia do Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

- 1) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuído da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; **OU**
- 2) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1) Atestado de Capacidade Técnica emitida por órgão público ou privada em que seja demonstrada a execução de serviços semelhantes ao licitado.
- 2) Declaração que possui profissional disponível para acompanhamento diário “*in loco*” dos serviços de execução de manutenção

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade na presente contratação são evidentes em razão da própria natureza do objeto a ser contratado. Com a implementação da ETE, o Município atende de forma legal as normas ambientais na geração de efluentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

domésticos tratados segundo os parâmetros estabelecidos pelos órgãos competentes em nível federal, estadual e municipal.

5.2 A opção pelo sistema previa condições sustentáveis e ambientais pelas seguintes vantagens:

- Sem uso de aditivos químicos;
- Menor produção de lodo (desprezível);
- Equipamento com menor área ocupada por metro cúbico tratado;
- Custo de implantação e instalação reduzidos;
- Aumento de capacidade de forma modular, simples e rápida;
- Simplicidade de operação e menor custo operacional.

5.3 A manutenção tem por finalidade que a ETE continue operando de modo que atenda aos parâmetros da Resolução CONAMA nº 430/2011, tomando por base os valores expressos nas referidas Resoluções o resultado da análise do efluente contará com um pH entre 5 e 9, e com limite de óleos vegetais e gorduras animais: até 50 mg/L.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Serviços envolve a Manutenção Corretiva e Preventiva em toda a Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de tratamento de 150 mil litros diários responsável pelo efluente de aproximadamente 1.800,00 (um mil e oitocentas) residências unifamiliares no município de Bonfinópolis de MG.

6.1.2 Serviços irão abranger toda a estrutura receptora.

6.1.3 Os serviços também abrangem a necessidade de possíveis novas instalações de Mini Estação de Tratamento de Esgoto Ecológicos individual nas residências ribeirinhas do perímetro urbano de Bonfinópolis de Minas-MG, com instalação de reatores anaeróbicos, biodigestores, filtros e drenos ecológicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

6.1.4 Disponibilização de funcionário todos os dias da semana (segunda-feira a domingo), em dias úteis, fim de semana e feriados, com acompanhamento “*in loco*” dos sistemas de Tratamento de Esgoto Ecológico instalados no Município.

6.2. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.
- b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
- d) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato
- e) Garantir o fornecimento de material para que seja realizada a implantação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Realizar a execução integral do objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.
- b) Atender prontamente as instruções expedidas pela Prefeitura Municipal para a execução e as demais questões administrativas que forem suscitadas;
- c) Atender prontamente as instruções expedidas pela Prefeitura Municipal para a execução e as demais questões administrativas que forem suscitadas;
- d) É de inteira responsabilidade da Contratada zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução deste Projeto;
- e) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

- f) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- g) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- h) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA **o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.**
- i) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
- j) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
- k) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo. 124 da Lei 14.133/2021.

11.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021

11.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

11.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

11.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

11.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

11.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

12. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *disposto neste item*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento do serviço será efetuado em parcelas iguais em até 10 (dez) dias úteis do recebimento da nota fiscal.

13.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IGPM do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

13.3. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

13.4. O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações.

13.5. Poderá haver reequilíbrio, sendo este solicitado pela empresa e aceito pela administração municipal, devendo a empresa solicitante apresentar elementos que comprove o aumento.

13.6. As despesas com a presente contratação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício, sendo informada no momento da contratação. A dotação orçamentária também poderá ser informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando a característica da presente contratação.

15. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
- c) Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
 - 1) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - 2) Dar causa à inexecução total do contrato.
 - 3) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

- 4) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- 5) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 6) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- d) Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
 - 1) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 2) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 3) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - 4) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 5) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

15.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo da presente contratação será orçado na fase de cotação de preços realizada pelo setor de compras da Prefeitura Municipal.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos abaixo discriminada:

02.08.03.17.512.1701.1043	3.3.90.39.00	Ficha 656
---------------------------	--------------	-----------

18. FISCAL DE CONTRATO

18.1 Servidor: Adão Alves da Conceição, matrícula 229-5.

19. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

19.1 A nota fiscal deverá ser emitida com o nome do órgão solicitante – MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, no endereço: AV. ARGEMIRO BARBOSA DA SILVA, Nº 870, CENTRO, CEP: 38.650-000, BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG.

Bonfinópolis de Minas, 04 de setembro de 2024.

José Maria Brandão

Secretário Municipal de Obras, Estradas e Rodagens